

A economia solidária como estratégia de resistência

Rosângela Palhano Ramalho¹

Resumo

No atual sistema de produção, as relações de trabalho são moldadas para garantir a aquisição do lucro. Em contraposição ao capitalismo, a economia solidária corresponde ao conjunto de iniciativas de produção, comercialização, consumo, crédito e de serviços, que funciona embasado nos princípios da cooperação, autogestão e solidariedade. O alcance dos objetivos econômicos é buscado através do fortalecimento dos laços pessoais, da melhoria das condições de vida de quem trabalha e do cuidado com o meio ambiente. No Brasil, a partir da década de 1980, registra-se um avanço significativo da economia solidária. Sua disseminação resultou na criação de uma estrutura institucional pública que consolidou as pautas do movimento de economia solidária no país, direcionando políticas públicas e dando a atividade, visibilidade e relevância. A economia solidária é apresentada neste trabalho, como estratégia de resistência ao capitalismo na perspectiva anticapitalista proposta por Wright (2019). Levanta-se como elementos de resistência, a busca pela consolidação do tema como objetivo de pesquisa, a visibilização da atividade como prática de direito e a conquista, no Brasil, de espaço no rol das políticas públicas.

Palavras-chave: economia solidária; anticapitalismo; resistência.

1. Introdução

Compreende-se por Economia Solidária o conjunto de iniciativas de produção, comercialização, consumo e crédito, pautado em princípios cooperativos, autogestionários e solidários. Os empreendimentos econômicos solidários, praticam a cooperação à medida em que as tomadas de decisão consideram os interesses e objetivos comuns dos participantes. As soluções coletivas necessitam da autogestão, uma vez que a propriedade é totalmente, ou em parte, coletiva e a definição do processo de trabalho, a direção das atividades e coordenação, necessita ser realizada em conjunto. A solidariedade embasa a distribuição dos resultados alcançados e a reprodução da vida prioriza o bem-viver social e a proteção do meio em que se vive.

As relações de trabalho assalariada, típicas do capitalismo e mediadas através da compra e venda da força de trabalho são negadas pelas iniciativas solidárias. Embora o sistema econômico-social capitalista predomine sobre quaisquer outras formas de organização da atividade econômica, as iniciativas econômicas solidárias têm inserção na sociedade e são capazes de construir novos espaços com características próprias ao romper aquelas relações de produção, de comercialização, de crédito e de consumo há tempos estabelecidas. Portanto, reconhecer a prática solidária significa

¹ Docente do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba.

assentir a existência de um sujeito social com características próprias e aspirações particulares, que busca emancipação a partir do trabalho associado e autogestionário.

No Brasil, a partir da década de 1980, acontece um grande avanço da economia solidária como reação à crise econômica em curso à época. E, desde a década de 1990 até os anos 2000, houve um crescimento acentuado dos empreendimentos solidários e das discussões sobre o tema, fato que contribuiu para a criação em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)² como estrutura representativa e formuladora de políticas públicas para o setor no Brasil. Este, sem dúvida, foi um passo importante dado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego que teve sua ação expandida para além da proteção e regramento das relações de trabalho assalariado, reconhecendo a existência e a importância das relações de trabalho não capitalistas.

A atuação da SENAES avançou para além do incentivo e apoio às iniciativas solidárias. Em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a secretaria realizou dois mapeamentos do setor: o primeiro, no período 2005-2007 e o segundo, no período 2009-2013. O último levantamento é o mais recente e identificou 19.708 empreendimentos solidários no Brasil, distribuídos entre 2.713 municípios, envolvendo 1.423.631 trabalhadores. Do total de empreendimentos, a maioria (65,1%) foi fundada durante os anos 2000 e outra parcela significativa (27,3%) surgiu durante a década de 1990. A maioria das iniciativas, 54,8%, encontram-se em áreas rurais, enquanto 34,8% se encontram em áreas urbanas e 10,4% em ambas. Do ponto de vista regional, percebe-se que a maioria das iniciativas mapeadas no Brasil (40,8%), encontra-se na Região Nordeste e nesta, o meio rural destaca-se, concentrando 72% dos empreendimentos (Silva e Carneiro, 2016).

Tendo uma representação nacional e lugar nas políticas públicas, os participantes e entidades representativas da economia solidária vivenciaram intensa aproximação que os consolidou enquanto movimento social. A articulação promovida pelas políticas públicas da SENAES e das Secretarias dos Estados da Federação, sem dúvida, foi essencial para o reconhecimento e fortalecimento da economia solidária.

Mas, assim que se consolidou o golpe parlamentar de 2016, materializado sob o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, a equipe inteira da SENAES liderada pelo secretário Paul Singer³ pôs os cargos à disposição. Ao assumir a presidência da República em 31 de agosto de 2016, Michel Temer nomeou um escrivão aposentado da Polícia Civil do Paraná para gerir a SENAES⁴. A

² Vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria tinha como finalidade coordenar e viabilizar políticas de apoio aos produtores rurais e aos trabalhadores em geral que comercializam e/ou produzem solidariamente. Em associação à Secretaria, foram criados o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária a partir da Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003; instituída pelo Decreto nº 4.764 de 24 de junho de 2003.

³ Considerado o pai da Economia Solidária no Brasil, sua gestão na SENAES perpassou os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (de 2003 a 2011) e se estendeu até 2016 na presidência de Dilma Rousseff. Singer faleceu em 2018.

⁴ O novo secretário assumiu publicamente não conhecer o tema e a pasta que chegou a ter R\$ 129,9 milhões de orçamento em 2014 tornou-se uma subsecretaria e administrou em 2018, um orçamento de apenas R\$ 15 milhões (AGUIAR, Tiago).

Secretaria foi extinta no início de 2019 a partir da Medida Provisória 870/2019 de 01 de janeiro e do Decreto Nº 9.674, de 02 de janeiro de 2019. A economia solidária passou então a integrar a estrutura básica do Ministério da Economia a partir da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Neste período, fica evidente o retrocesso ocorrido em todas as políticas de fomento e apoio estabelecidas pela SENAES que se tornaram secundárias para o governo federal brasileiro a partir de 2016. As ações foram inexistentes na gestão de Jair Bolsonaro (2019- 2022) que nunca fez questão de esconder o seu desprezo por todas as ações de iniciativa popular. Tal repulsa manifestada em relação às pautas da economia solidária naqueles últimos sete anos, finalizados em 2022, acabaram por descontinuar ações públicas de intervenção que deveriam ser permanentes.

Apesar das intempéries ocorridas no âmbito das políticas públicas na administração federal que impôs novos desafios à economia solidária, a institucionalização de políticas públicas próprias via SENAES, consolidou a economia solidária e fortaleceu o processo de resistência dos sujeitos sociais que as integram.

O presente trabalho pretende contribuir para a construção do conhecimento nesta temática, adotando a vertente investigativa que considera a economia solidária como uma estratégia de resistência ao capitalismo. Resistência essa que se manifesta no cotidiano das iniciativas solidárias por meio da organização coletiva e cooperativa, da autogestão e do uso de práticas que preservam o meio ambiente e que também se apresenta por meio da luta política, quando se busca não só o lugar nas políticas públicas, mas também o direito de exercer uma outra forma de reproduzir a vida. Portanto, o objetivo geral deste artigo é apresentar a economia solidária como movimento de resistência ao capitalismo com base nas lógicas estratégicas de enfrentamento ao modo de produção apresentadas por Wright (2019).

Enfim, para compreender esta realidade objetiva e em mudança, usar-se-á as categorias da lógica dialética que analisa o real como “[...] móvel, múltiplo, diverso, contraditório.” (Lefebvre, 1991, p. 170) A discussão será também amparada a partir do recorte normativo proposto por Gaiger (2014), quando se analisa o tema abordando-o como projeto de transformação social.

2. O avesso da economia: a economia solidária

As ações cooperativas e solidárias caracterizam um novo ente social, o *Homo-solidarius* (Dourado, 2016). Compreendê-las significa “[...] desconstruir o reducionismo que interpreta qualquer forma econômica apenas a partir do interesse material” (Laville, 2006, p. 36). A expressão economia solidária passou a ser usada recentemente e sua origem é controversa, embora predomine a versão que ela surge na França, conforme revisão da literatura efetuada por Pinheiro (2013). No Brasil, o termo economia solidária aparece pela primeira vez na obra de Luiz Razeto, em 1993. Em 1995, no 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia é utilizado em uma mesa redonda e, em 1996, foi empregado por Paul Singer em um artigo divulgado pelo Jornal Folha de São Paulo intitulado “Economia Solidária contra o desemprego” (Pinheiro, 2013; Dourado, 2016). Desde então, a expressão passou a figurar nas discussões e nos trabalhos dos teóricos brasileiros para referenciar as iniciativas de produção e distribuição que não correspondem à lógica da acumulação capitalista.

Ainda que o uso da expressão economia solidária, não seja consensual⁵, ela se consolidou e evidencia de forma geral, a renovação do cooperativismo baseado em princípios solidários. Vale ressaltar que outros termos são bastante utilizados na literatura. A obra de Cattani (2009), intitulada *A Outra Economia*, e o *Dicionário Internacional da Outra Economia* (2009) reúnem todos os conceitos que compõem e se relacionam com a economia solidária⁶.

No espaço institucional, a SENAES define a Economia Solidária como um “[...] conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária (SENAES, 2006, p. 11)”. Schiochet (2020, p. 1) faz um breve resumo em relação aos que trabalham nas atividades solidárias no país.

No Brasil sua base social é popular composta principalmente por camponeses, agricultores familiares, produtores agroecológicos, catadores de materiais recicláveis e produtores artesanais e coletivos culturais. A forma de organização é associativa, cooperativa, comunitária, participativa e autogestionária. Sua articulação ocorre por meio da formação de redes de cooperação e práticas federativas ou confederativas.

⁵ Wellen (2008) usa a expressão economia solidária sempre entre aspas; segundo ele, para demonstrar que o termo representa uma ideologia a partir da mistificação da realidade capitalista, servindo aos interesses do sistema produtivo dominante. Santana (2018) diverge que os termos economia e solidária sejam usados juntos, pois seriam inconsistentes entre si já que o termo economia pressupõe a concorrência e o individualismo enquanto a solidariedade infere atitudes coletivas e altruístas.

⁶ As terminologias ali listadas, ou são antecedentes do termo atual, ou descrevem atividades que se assemelham à prática solidária ou são usadas como sinônimos de economia solidária. Na maioria das vezes, os termos compreendem concepções bastante aproximadas. É o caso das expressões economia da solidariedade, economia social, economia social e solidária, economia popular, economia dos setores populares, economia popular solidária, economia da comunhão, economia da dádiva, economia para a vida, etc.

A forma coletiva de reprodução da economia solidária demanda que seus participantes atuem conjuntamente e de maneira planejada. Para isso, um conjunto de habilidades deve ser posto em prática. Nesse sentido, figuram como princípios da economia solidária: a solidariedade, a cooperação, a autogestão e sua dimensão econômica. O adjetivo “solidária”, que vem associado ao termo economia, expressa os mais diferentes aspectos que se estendem ao bem-estar nos âmbitos interno e externo das organizações. A distribuição justa dos resultados, o avanço da capacidade de trabalho, a melhoria das condições de vida dos que trabalham além do cuidado com o meio ambiente e desenvolvimento local são preceitos “extraeconômicos” buscados através da solidariedade.

Já a cooperação praticada sob o prisma solidário é distinta da cooperação capitalista. Enquanto nesta, seus membros trabalham juntos sob as ordens do proprietário dos meios de produção e os interesses individuais predominam, naquela, os trabalhadores cooperam de forma ativa e voluntária visando os interesses comuns do grupo que trabalha, ou seja, o motivo que os reúne é o interesse da coletividade. A propriedade coletiva dos meios de produção e repartição solidária dos resultados redefine a cooperação humana no processo de trabalho.

Ao praticar a autogestão, os trabalhadores destacam-se como protagonistas das decisões relativas aos processos de trabalho, participando de todas as esferas decisórias de direção e coordenação. Esta autonomia alcançada no processo de trabalho envolve uma mudança comportamental dos trabalhadores que, por consequência, pavimentam no ambiente em que estão estabelecidas estas novas relações, o caminho para a emancipação social.

Por fim, no princípio da dimensão econômica todo o empenho, meios materiais e conhecimento adquiridos pelos trabalhadores do empreendimento são canalizados para viabilizar as iniciativas solidárias em seus setores específicos, a partir de critérios de eficácia e efetividade. Neste item, as iniciativas solidárias e seus atores institucionais buscam criar seus próprios instrumentais de viabilidade, pois aqueles que estão disponíveis privilegiam apenas as variáveis econômicas e financeiras, otimizando-as para demonstrar suas capacidades de produzir lucros.

3. A economia solidária como estratégia de resistência

É comum que a economia solidária esteja associada à perspectiva revolucionária, alternativa ou socialista. Por essa razão, a sua capacidade de superar o *status quo* social é alvo constante de questionamentos. Entretanto, as abordagens mais contemporâneas destacam que as iniciativas solidárias preservam sua posição contra hegemônica, mas propõem uma mudança gradual e não súbita, na forma como está organizada a sociedade.

Paul Singer, pesquisador, militante e defensor obstinado da economia solidária, definiu a economia solidária, como um modo de produção: o “modo de produção solidário” (Singer, 2002). À medida que avança em sua investigação, o autor aprimora sua definição e caracteriza o modo de produção solidário a partir dos seus princípios básicos de funcionamento considerando a importância do desenvolvimento de um novo modo de reproduzir a vida mesmo sob a égide do capitalismo. E à medida que sua análise teórica evolui, passa a “desmitificar” o elemento revolucionário associado às experiências solidárias, destacando que a “revolução” desejada pelos projetos da esquerda política poderia ser construída no seio do próprio capitalismo (Singer, 2004).

Corroer o sistema econômico por dentro ao ponto de provocar uma ruptura (não súbita) exige mudanças profundas nas bases do modo de produção capitalista. Há, no Brasil, um esforço neste sentido. Desde o ressurgimento da prática solidária, uma rede de apoio formada por instituições, empreendimentos, estudiosos do tema e demais participantes tem somado esforços para tornar a economia solidária visível e fazer dela uma possibilidade de vivência e sobrevivência para os trabalhadores.

Obviamente este é um objetivo colossal. Sendo o modo capitalista dominante, a lógica da acumulação está presente no âmago não só das relações de trabalho, mas de todas as outras relações sociais. Orientar a formação de trabalhadores induzindo-os a produzir, consumir, comercializar, realizar transações financeiras sob a perspectiva solidária e, além disso, conscientizar os mesmos sobre a importância de um ambiente sustentável demanda um esforço hercúleo. Por isso, a formação continuada de todos os atores da economia solidária tem se tornado um requisito indispensável (Barreto, 2009).

O capitalismo é muito eficaz em se autodefender e sendo o modo de produção dominante, desvincular-se de suas particularidades é uma tarefa árdua. Logo, ensinar a luta política também é elemento essencial da economia solidária. Segundo Laville (2006), do ponto de vista estrutural, a economia solidária deveria se apropriar democraticamente da economia enquanto atividade social, a partir do engajamento cidadão, no combate às injustiças, na ampliação da participação dos assalariados no Estado democrático de direito e na pluralização da própria economia. Ou seja, seus atores deveriam “[...] escapar de um imaginário da ruptura para continuar essa paciente elaboração coletiva que é a invenção democrática” (Laville, 2006, p. 37).

Sob esta perspectiva, o aspecto revolucionário, pela ruptura abrupta, que poderia estar presente na prática solidária, deve dar lugar à vivência desta nova experiência na busca de um bem viver. Gaiger (2009, p. 185), por exemplo, enfatiza que as iniciativas solidárias não estão

[...] em vias de suplantar as empresas capitalistas, com chances de se ameaçar o próprio capitalismo. Os empreendimentos econômicos solidários têm como papel fornecer provas convincentes de que são estruturalmente superiores à gestão

capitalista quanto ao desenvolvimento econômico e à geração de bem-estar social, por serem comparativamente vantajosos devido à sua forma social de produção específica.

Esta então seria uma das formas de conquistar o espaço da economia solidária, ao mesmo tempo em que se providencia a substituição do capitalismo. O propósito da experiência solidária neste caso, estaria em desvincular-se aos poucos, das práticas capitalistas. A economia solidária estimulada e vivenciada desta forma ganha a conotação de um movimento de resistência.

Essa associação da economia solidária aos movimentos de resistência ao capitalismo já está presente na abordagem pioneira de Singer quando o autor a relaciona ao enfrentamento das consequências derivadas do processo de acumulação do capital. Tal visão pode ser corroborada pelas ideias apresentadas na obra “Como ser anticapitalista no século XXI?” de Erik Olin Wright (2019).

Ao caracterizar o capitalismo e apresentar as nefastas consequências do processo de acumulação do capital, o autor defende que em última instância, o “[...] capitalismo gera anticapitalistas” (Wright, 2019, p. 27), ao estimular o comportamento individualista e egoísta.

O anticapitalismo se baseia, em grande parte, na afirmação de que o capitalismo – enquanto forma de organização de um sistema econômico – impede a realização máxima possível desses conjuntos de valores: igualdade/justiça, democracia/liberdade e comunidade/solidariedade (Wright, 2019, p. 45).

A luta anticapitalista, segundo o autor, assume lógicas estratégicas distintas: destruir o capitalismo (revolucionários), dismantelar o capitalismo (socialismo democrático), domesticar o capitalismo (sociais-democratas e socialistas não revolucionários), resistir ao capitalismo (organizações e movimentos de base) e fugir do capitalismo (isolacionistas). E embora nem todos os projetos defendam a ideia de ruptura, o autor os considera anticapitalistas, pois os mesmos representam estratégias de lutas que visam, em última instância questionar “[...] a miséria que ele [o capitalismo] gera em meio à abundância” (Wright, 2019, p. 24).

Os princípios solidários acabam opondo o *Homo solidarius* ao *Homo economicus*. Nessa perspectiva, a economia solidária, iniciativa pautada na sociedade civil organizada, é classificada como um movimento organizado de resistência, ação que segundo Wright (2019, p. 75-76) produz os melhores resultados contra o capitalismo.

De um jeito ou de outro, resistir ao capitalismo é provavelmente a resposta mais direta aos males do sistema. Está amparada na sociedade civil, conectada por meio de laços de solidariedade nos locais de trabalho e nas comunidades. Geralmente, uma grande quantidade de identidades para além da classe acaba por animar essa ideia de resistência ao capitalismo: etnicidade, religião, raça, gênero. Nas suas formas mais organizadas, resistir ao capitalismo é uma tarefa levada adiante por movimentos sociais e pelo movimento operário (Wright, 2019, p. 75-76).

O enfrentamento ao capitalismo ressurgiu amparado por iniciativas que visam transcender a estrutura capitalista e que não se limitam apenas ao campo da resistência, mas pretende somar-se às lógicas estratégicas de fugir do capitalismo, domesticar o capitalismo e desmontar o capitalismo. Portanto, as ações podem ser organizadas “[...] de baixo para cima, com iniciativas centradas na sociedade civil para forjar resistências e fugas contra o capitalismo [...]” (Wright, 2019, p. 84). Sendo assim, o objetivo de transcender o capitalismo assume uma nova configuração estratégica: a erosão do capitalismo.

A erosão está amparada em uma compreensão bastante particular do conceito de sistemas econômicos. [...] Sistemas econômicos existentes se combinam tendo o capitalismo como hospedeiro, lançando outras formas de organizar a produção e a distribuição de bens e serviços: diretamente pelo Estado; inerentes às relações familiares para atender as necessidades particulares de seus membros; por meio de redes comunitárias e organizações que tradicionalmente chamamos de ‘economias solidárias’; por cooperativas controladas e geridas democraticamente por seus membros; [...] (Wright, 2019, p. 85-86).

Logo, a prática solidária representa uma forma de resistir ao capitalismo que tem contribuído com o objetivo de longo prazo de erodir o capitalismo por meio da corrosão da sua estrutura de funcionamento.

A ideia de erodir o capitalismo entende que essas alternativas têm o potencial, no longo prazo, de se tornarem proeminentes na vida de indivíduos e comunidades, de tal forma que o capitalismo poderia ser eventualmente destronado de seu papel dominante no sistema (Wright, 2019, p. 86).

As atividades solidárias, no âmbito da resistência, representam uma forma de organização social e de luta política, pois “[...] incorporam valores igualitários e de solidariedade, além de serem comprometidas com algum tipo de missão focada na justiça social ou nas necessidades das pessoas” (Wright, 2019, p. 109). No entanto, a resistência presente nos ideais da economia solidária não se limita ao espectro econômico, mas se estende a outras frentes tratadas a seguir.

3.1 Resistência ao desdém teórico e à invisibilização

As iniciativas solidárias embora verificáveis tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais, não são contempladas pelo arcabouço teórico dominante das Ciências Econômicas nem da própria *práxis*, pois não se acomodam ao pressuposto do *Homo economicus*⁷, racional e maximizador de satisfação

⁷ Designação apresentada pelos teóricos do pensamento econômico clássico, principalmente Adam Smith e David Ricardo, que consiste em caracterizar o homem a partir da ação econômica, como um ser dotado de racionalidade plena,

e lucros. Este enquadramento realizado principalmente pela teoria econômica neoclássica, resume todas as empresas econômicas a empresas capitalistas e toda a economia à economia de mercado. Reducionista, esta análise exclui outras dimensões do comportamento humano e trata a ocorrência de atividades econômicas que fogem ao padrão da acumulação capitalista como atraso ou acidentes e que, por isso, não teriam importância investigativa teórica e prática.

Mesmo assim, observa Gaiger (2012, p. 8), o

[...] ceticismo de algumas áreas de conhecimento quanto à relevância da Economia Solidária como objeto de pesquisa, assim como o descrédito quanto a seu valor social e político – manifesto tanto em correntes da economia neoclássica quanto do marxismo – não a impediram de despertar interesse e granjear adeptos no campo acadêmico.

A desconfiança, o descrédito e o preconceito não impedem, mas acabam por limitar a pesquisa deste importante objeto de investigação teórica. O resultado é que as outras experiências de economia, segundo Santos (2019), acabam deliberadamente ocultadas tanto do ponto de vista empírico quanto do ponto de vista epistemológico.

Além disso, é bastante comum identificar desconhecidos esforços para descaracterizar a importância das iniciativas solidárias. Culti, Koyama e Trindade (2010) elencam quatro “mitos” a respeito da economia solidária que foram construídos a partir de ideias preconcebidas que acabam limitando a visibilidade e a pesquisa das práticas solidárias. A primeira narrativa determina que a economia solidária é um setor à parte, periférico. Esta é a visão predominante da teoria econômica tradicional já relatada neste trabalho que relega a economia solidária a um lugar secundário da realidade social ou

[...] fora da ótica da economicidade, identificam-na como um setor de atividades de ajuda mútua, conviviais e voluntárias, alheias à circulação do dinheiro, seccionam, assim, o setor de mercado e o convival, numa forma similar a um aprisionamento comunitário (Culti, Koyama e Trindade, 2010, p. 17).

O segundo mito conclui que a economia solidária é uma “economia caritativa de reparação”, resumindo-a à caridade filantrópica e confundindo-a com solidariedade. A relação contratual do trabalho solidário coletivo que tem como objetivo a geração de renda, elucida esta constatação imprecisa.

A generalização de que a economia solidária é uma subeconomia reservada aos excluídos é o terceiro mito levantado pelos autores. De fato, as iniciativas solidárias proliferam com maior

capaz de dirigir suas decisões por fatores puramente econômicos. Por isso, na linguagem utilitarista: maximizar lucros e reduzir prejuízos (Schumpeter, 1984).

frequência entre aqueles que estão à margem da economia e nos momentos de dificuldade econômica. Entretanto, adotar esta visão como regra, significa ignorar que há trabalhadores que não desejam retornar ao emprego formal e outros que sequer foram assalariados, nem se tornarão.

Por fim, há outra constatação preconcebida que condena a economia solidária a desaparecer na economia privada ou pública, nas atividades de pouca expressão econômica ou integrada a um setor público ampliado. Pesquisador respeitado da economia solidária, Laville (2006, p. 36) bem observa: “Existem, pois, ‘outras economias’ baseadas nas solidariedades e é importante que a difamação sistemática de que elas são objeto dê lugar a um verdadeiro conhecimento, tornando-as mais visíveis.”

Dito isto, as ações cooperativas e solidárias caracterizam um novo ente social, o *Homo-solidarius* (Dourado, 2016). Compreendê-las significa “[...] desconstruir o reducionismo que interpreta qualquer forma econômica apenas a partir do interesse material” (Laville, 2006, p. 36).

Pela sua dupla dimensão, a economia solidária interroga, ao nível conceptual e empírico, as categorias da economia, recusando limitar os fenómenos económicos àqueles que são definidos como tal pela ortodoxia económica. Interroga também este poder de delimitação que a ciência económica possui e alimenta uma reflexão mais geral sobre as definições e instituições da economia (Laville, 2009, p. 43).

Portanto, ao expor o modo de produção capitalista como perpétuo e destituído de materialidade histórica anterior, a literatura econômica dominante contribui para invisibilizar a prática solidária e seus sujeitos sociais, bem como, inibe a construção do conhecimento nesta área. Expor e lutar contra estas barreiras é também uma forma de resistência.

3.2 Resistência no espaço das políticas públicas: a experiência brasileira

A transformação social por meio das práticas solidárias envolve o resultado de uma série de ações embasadas na associação e cooperação guiadas pela ajuda mútua e solidariedade. Singer (2004) conceituou esse processo transformador como desenvolvimento solidário. Obviamente, o desenvolvimento solidário é um contraponto ao desenvolvimento capitalista⁸. Este novo modelo de desenvolvimento voltado à economia solidária, teve sua primeira experiência prática no Brasil a partir das ações da SENAES e opõe-se ao modelo excludente da economia de mercado, geralmente apoiado pelo Estado. Em outros termos, a conquista deste espaço na agenda governamental representou e

⁸ As teorias do desenvolvimento econômico, por exemplo, não compreendem como factíveis as experiências das economias dos setores populares e acabam por focar suas análises na otimização de resultados por meio do mercado ou na proposição de políticas públicas que visam “melhor distribuir” lucros para os capitalistas e renda para os trabalhadores (Mynt, 1966; Stiglitz, 2016).

ainda representa a luta constante dos grupos sociais que buscam na economia solidária uma nova forma de reproduzir a vida.

O salto qualitativo para a implementação de políticas públicas voltadas à economia solidária verificou-se em 2001, com a realização do I Fórum Social Mundial no Rio Grande do Sul. Como resposta ao Fórum Econômico Mundial, o encontro reuniu 16.000 pessoas de 117 países, tendo como lema “Um outro mundo é possível” (Stiglitz, 2007) e discutiu, entre outros grandes temas, a economia solidária numa oficina intitulada “Economia Popular Solidária e Autogestão”. O produto dessa discussão foi a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) naquele mesmo ano e de um Grupo de Trabalho de Economia Solidária que, em 2002, produziu um documento intitulado “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” que conceituava de forma geral a economia solidária e reivindicava a criação de uma Secretaria Nacional que atendesse as pautas específicas discutidas e apresentadas ali (Nagem e Jesus, 2013; FBES, 2019).

O principal marco do movimento da economia solidária foi a realização da I Plenária de Economia Solidária em 2002, cujo objetivo principal consistia em reforçar o pedido por uma representação institucional em nível nacional, ideia lançada nas discussões ocorridas no Primeiro Fórum Social Mundial. No mesmo ano, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República e atendeu esta reivindicação⁹, criando em 2003, a SENAES¹⁰. A criação do FBES que se tornou, junto a Secretaria Nacional, a principal fonte de informações sobre a evolução das práticas solidárias no Brasil (Nagem e Jesus, 2013; FBES, 2019; Santos, 2019).

As plenárias da Economia Solidária tornaram-se uma prática e ocorreram nos anos seguintes: a II e a III PNES aconteceram em 2003 e esta última consolidou a economia solidária como movimento nacional, já que concretizou sua identidade (pela definição dos seus princípios), estrutura organizativa e pautas de reivindicação (FBES, 2019) Em 2004, a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, em Brasília, oportunizou os representantes dos próprios empreendimentos partilharem suas experiências. Mantendo esta perspectiva, a SENAES organizou três Conferências Nacionais de Economia Solidária nos anos de 2006¹¹, 2010 e 2014, nesta ordem (FBES, 2019; Mélo, 2020).

Ainda na estrutura organizacional institucional foi criado em 2006, o Conselho Nacional de Economia Solidária, que funciona como órgão colegiado garantindo a representação e interlocução entre a sociedade civil e o Estado. No mesmo ano, foi publicada Portaria nº 30 de 20 de março, que lançou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), com a finalidade de

⁹ Na I PNES foi elaborado um documento intitulado “Carta ao Lula: Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento” em que constavam as demandas da Economia Solidária.

¹⁰ As competências da nova secretaria estiveram definidas pelo Art. 18 do Decreto nº 5.063, de 03 de maio de 2004 (Silva, 2018).

¹¹ A Conaes ocorrida em 2006 legitimou as políticas públicas de economia solidária como estratégia política do movimento (Schiochet, 2009).

identificar e caracterizar os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio e fomento.

Cinco anos após a III Plenária, a IV PNES acontece em 2008, a V PNES em 2012 e a VI PNES¹² foi realizada em 2022. Nesse ínterim são executados os dois mapeamentos da Economia Solidária.

Esses encontros e espaços também propiciaram, paulatinamente, a elaboração de uma pauta mais unificada e que reunisse as demandas dos diversos atores envolvidos. É possível afirmar que essa pauta, marcada por uma diversidade de reivindicações, sempre esteve fortemente voltada para o diálogo com governos e o Estado brasileiro. Além disso, esses encontros e espaços também foram responsáveis pela crescente visibilidade política das práticas desse campo. Ou seja, cada vez mais regulares e contínuos, os fóruns, que progressivamente foram se institucionalizando, se tornaram fundamentais para a organização do movimento de economia solidária no Brasil, por propiciarem momentos de trocas, partilha, embates e oposições – elementos tão caros à construção da identidade de qualquer organização do campo social (Nagem e Jesus, 2013, p. 84)

Do ponto de vista da legislação, uma estrutura jurídica passou a ser reivindicada pelo movimento da economia solidária e algumas demandas foram concretizadas. O Decreto nº 6.341/2008 criou seções ou núcleos de Economia Solidária nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego; o Decreto nº 7.357/2010 normatizou o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC); o Decreto nº 8.163/2013 criou o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - Pronacoop Social e a Lei Federal nº 11.101/2015, reconhece a possibilidade de recuperação de empresas autogestionárias (Mélo, 2020).

Outra fonte de informação importante foi criada em 2014. O Cadastro dos Empreendimentos Solidários é uma ferramenta de monitoramento que fornece uma visão geral dos empreendimentos que auxiliam a tomada de decisão institucional. Ao realizar o cadastro, o EES fornece na plataforma digital informações de sua localização, estrutura, atividade econômica, tempo de atuação e forma de organização e recebe a Declaração de Conformidade da Economia Solidária que lhe permite acesso às políticas públicas, aos programas públicos de financiamento, às compras governamentais e a comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas direcionadas (Mélo, 2020).

Em 2015, foi elaborado o 1º Plano Nacional de Economia Solidária pensado para o quinquênio 2015-2019, tendo como objetivo central promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Embasado nas discussões propostas na III Conaes, o documento além de apresentar as diretrizes gerais, metas e prioridades temáticas de cada eixo de ação, traz um balanço das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças à economia solidária.

¹² A VI PNES estava programada para acontecer em 2020. Em virtude dos efeitos da pandemia da Covid-19 só foi possível executá-la em dezembro de 2022.

A partir de 2016, o movimento da economia solidária passou a enfrentar os desafios impostos pelo golpe parlamentar-midiático-jurídico que depôs a presidente Dilma Rousseff. Houve reformulação de toda a estrutura de gestão da economia solidária. Impactado pela mudança, o coletivo foi pressionado a reagir adequando procedimentos, estratégias e posicionamentos. Em julho de 2016, foi realizada a Assembleia Popular do Movimento da Economia Solidária em Santa Maria – RS, que teve como objetivo estabelecer condutas para enfrentar o golpe e reafirmar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Em outubro do mesmo ano, ocorreu o Seminário de Avaliação da Rede Nacional no Centro de Formação em Economia Solidária em Brasília – DF (Santos, 2019).

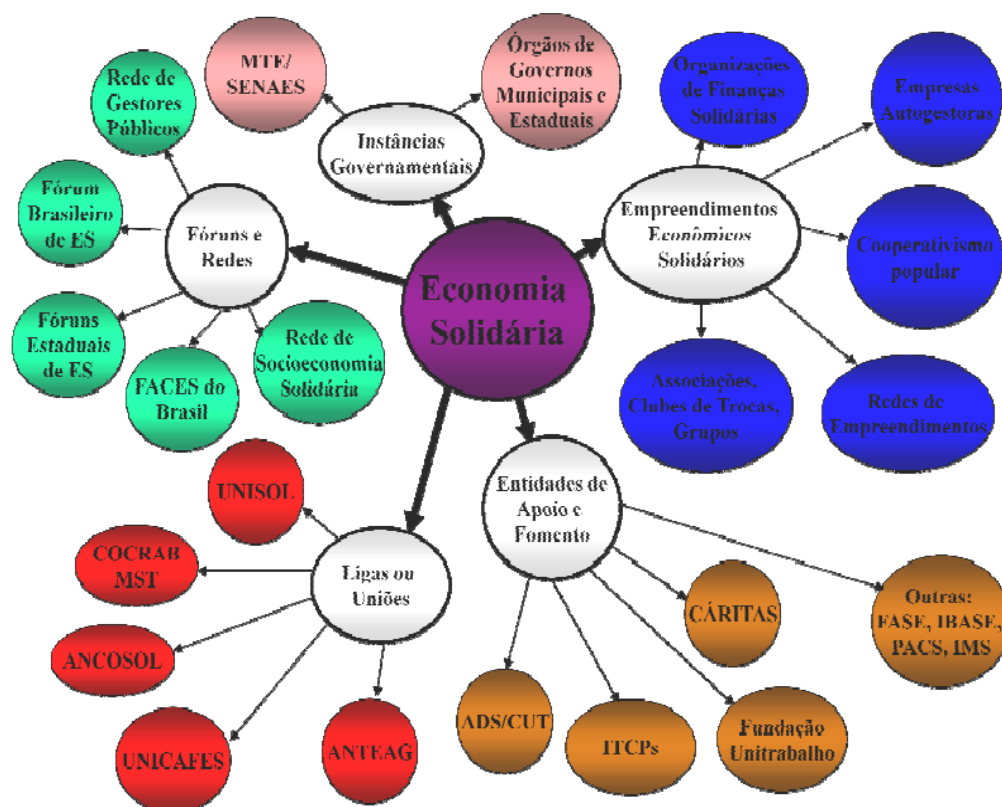
No ambiente político alguns avanços. O movimento da Economia Solidária conta com a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária criada em 2019 e composta por 210 deputados e 8 senadores de variados partidos e ideologias políticas. Dentre as iniciativas acompanhadas por este grupo de parlamentares estão as proposições do Projeto de Lei 6.606/2019 e a PEC 69/2019, pautadas no Congresso Nacional e já citadas neste trabalho.

Também em 2019, foi instituído em todo o território nacional o dia 15 de dezembro¹³ como o Dia Nacional da Economia Solidária a partir da Lei 13.928/19 com o objetivo de incentivar o trabalho associado com base no desenvolvimento sustentável, justiça social e respeito à vida. No mesmo ano da instituição e anos subsequentes, o Movimento da Economia Solidária por meio da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária tem registrado as comemorações por todo o país, com encontros, feiras, fóruns de discussão que aglutinam seus militantes em suas mais variadas funções.

Desta forma, o ambiente de discussões que foi construído progressiva e coletivamente assegurou significância ao movimento da economia solidária e suas pautas passaram a ser inseridas na agenda das políticas públicas nacionais. Ao longo do tempo, desde a criação da representação nacional, foi constituída uma estrutura organizacional que envolve uma série de entidades, incluindo os empreendimentos econômicos solidários, no intuito de dar visibilidade ao universo da economia solidária no Brasil. Este sujeito coletivo está representado na figura a seguir.

¹³ Esta data foi escolhida como homenagem ao ambientalista Chico Mendes, que nasceu em 15 de dezembro de 1944.

Figura 1: Estruturação da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Godoy (2009, p. 31).

Desta maneira, o universo da economia solidária é composto por diferentes sujeitos sociais e se materializa nas ações de trabalhadores e instituições comprometidos com um projeto que busca harmonizar as relações humanas e de trabalho com a sustentabilidade ambiental. A adesão e o comprometimento com os princípios solidários representam o fortalecimento da economia solidária como um projeto de desenvolvimento nacional e não só como escape ao desemprego e a precariedade do mercado de força de trabalho.

Não fosse a valentia e insistência dos sujeitos sociais históricos, numa busca dedicada e obstinada por alternativas de trabalho e renda, pelo resgate da cidadania dos sujeitos marginalizados economicamente, é bem provável que a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária não existisse. Trata-se, portanto, de reconhecer um acúmulo social histórico, conquistado palmo a palmo por meio de um trabalho cansativo, mas recompensador, que ao mesmo tempo em que busca amenizar as dificuldades de homens e mulheres, mães e pais de família em dificuldade, tem o objetivo de conter o avanço do capitalismo em sua face mais desumana: o desemprego e a barbárie social (Xavier, 2009, p. 69).

A economia solidária, consolidada pela atuação de seu movimento social, passou a encampar algumas atividades que trabalham a perspectiva de reinserção dos indivíduos na sociedade e estreitou os laços com instituições que tratam os doentes mentais e dependentes químicos, que acolhem pessoas

privadas de liberdade, por exemplo, dando-lhe um caráter transversal. Segundo Schiochet (2019), esta transversalidade da economia solidária exige que as políticas para o setor sejam moldadas no bojo de outras como as de trabalho e renda, de assistência social, de desenvolvimento rural, de desenvolvimento econômico e outras. Muitos empreendimentos econômicos solidários surgiram, por exemplo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável e do Plano Nacional de Qualificação Profissional.

Portanto, o processo de inserção da economia solidária na agenda do governo federal surgiu como uma experiência inovadora em termos de práticas tradicionais de políticas de estímulo à geração de trabalho e renda. Desde o início, as propostas de desenho operacional de programas estiveram bastante associadas a reivindicações de organizações sociais que defendem o cooperativismo como princípio relevante a ser incentivado via políticas públicas (Silva, 2018, p. 16).

Tais avanços só foram possíveis porque a Constituição de 1988 trouxe uma nova referência para o funcionamento do Estado, enfatizando a participação cidadã na condução da política e da sociedade. Nessa perspectiva, o Brasil é pioneiro na formulação de políticas públicas de economia solidária, tendo o PT como protagonista na implementação das políticas públicas para a economia solidária no Rio Grande do Sul, em São Paulo no município de Santo André e em Pernambuco na cidade do Recife (Santos, 2019).

Os documentos da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, que participou ativamente do debate sobre as ações específicas para o setor, resumem os principais focos das discussões que resultaram na inserção da economia solidária na agenda pública nacional. A política pública de fomento à economia solidária, segundo a Rede de Gestores, busca alcançar os seguintes objetivos:

- Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;
- Contribuir para a promoção a ampliação das oportunidades e a melhoria das condições de trabalho e renda;
- Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia popular solidária;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;
- Contribuir para dar visibilidade e ampliar a legitimidade da economia popular solidária;
- Criar mecanismos legais que viabilizem o acesso dos sujeitos da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;
- Promover a integração e a intersetorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado;
- Fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária (Medeiros, 2006, p. 155-156).

Para alcançar os objetivos, são necessários determinados instrumentos, tais quais:

- Formação social e política, educação básica e capacitação ocupacional/profissional;
- Assessoria e assistência técnica para a constituição, incubação e consolidação de empreendimentos populares solidários, bem como para a articulação de cadeias produtivas solidárias e para estratégias de desenvolvimento local e territorial;
- Desenvolvimento de tecnologias aplicadas e democratização do acesso;
- Fundos públicos destinados ao financiamento da política;
- Linhas de crédito e financiamento adequadas;
- Investimento social no fortalecimento e articulação do tecido social e dos territórios, inclusive infra-estrutura e logística;
- Constituição e organização da demanda (compras públicas, comércio justo e solidário e mercado) e da oferta (logística e infra-estrutura) dos bens, produtos e serviços do setor;
- Marco legal e regulatório adequado ao setor;
- Estratégia de comunicação e cultura que estimulem os princípios da economia solidária (Medeiros, 2006, p. 156-157).

Por fim, define-se o público-alvo da política pública como sendo os seguintes sujeitos:

- a) São organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), supra-familiares, cujos sócios (as) são trabalhadores (as) urbanos (as) e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários(as) ou co-proprietários(as), exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b) São organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica;
- c) São organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à existência real ou a vida regular da organização;
- d) São organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios (as) trabalhadores (as)), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização.
- e) São organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (Medeiros, 2006, p. 157-158).

O ambiente político propício às pautas da economia solidária permitiu as devidas alianças políticas que foram firmadas pelo governo federal a partir de 2003. Estas, garantiram, ao longo de treze anos (2003-2016), a institucionalização e a continuidade das ações públicas de economia

solidária¹⁴.

Além do mapeamento que possibilitou maior visibilidade da economia solidária o movimento incidiu na construção de projetos e programas como: implantação de uma rede de centros de formação de economia solidária, sistema nacional de comércio justo e solidário, fortalecimento das finanças solidárias, redes de produção e comercialização, etnodesenvolvimento, implantação do CADSOL (Cadastro dos Empreendimentos Solidários), inclusão de catadores organizados em cooperativas e associações na política nacional de resíduos sólidos, economia solidária e saúde mental (FBES, 2019, p.7).

Com o golpe sofrido pela presidente Dilma em 2016 e sua consequente destituição da Presidência da República, Michel Temer assumiu o governo e passa a pôr em prática um programa oposto aos dos governos anteriores sendo especialmente cruel contra as minorias, os pobres e os trabalhadores. Em seu pouco tempo de gestão, colocou em ação uma agenda neoliberal que atacou “[...] especialmente as conquistas trabalhistas e as políticas sociais inibindo quaisquer espaços para políticas consideradas emancipatórias a exemplo da economia solidária” (Santos, 2019, p. 87)

A mudança política culminou na reorientação das ideologias do governo federal e a economia solidária perdeu espaço no contexto da ação pública. Seu órgão representativo, a SENAES foi transformada, com a posse de Michel Temer na presidência, em subsecretaria ligada ao gabinete do ministro do Trabalho. Em janeiro de 2019, assume a presidência Jair Bolsonaro e com a extinção do Ministério do Trabalho a SENAES foi suprimida conforme determinação da Medida Provisória nº 870, sendo transformada em mero departamento do Ministério da Cidadania.

O desdém para com as iniciativas de economia popular e a aversão ao diálogo com os movimentos sociais manifestados nos sete anos entre 2016 e 2022, evidenciam que as políticas públicas que deveriam ser de Estado ainda são descontinuadas propositalmente a depender do espectro político do governo do momento dando às ações públicas um caráter de transitoriedade¹⁵.

Antes mesmo dos fatos acontecidos, já em 2020, o Partido dos Trabalhadores (PT) manifestou grande preocupação em relação aos rumos que estavam sendo dados ao país e lançou um documento intitulado “Plano de reconstrução e transformação do Brasil: outro mundo é preciso, outro Brasil é necessário”, que elencou os principais problemas políticos e econômicos do Brasil e suas possíveis soluções. Dentre os vários tópicos abordados estão como elemento necessário ao desenvolvimento

¹⁴ As iniciativas de políticas públicas nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo que serviram de exemplo para as estratégias de abrangência nacional já existiam desde a primeira metade da década de 1990 (Nagem e Jesus, 2013).

¹⁵ As discussões e as políticas de inspiração neoliberal que nunca estiveram excluídas do debate político mesmo nos governos de esquerda, ganham corpo com a posse de Michel Temer. A Reforma Trabalhista aprovada em 2017 representa bem a mudança de viés da gestão. Quando a extrema-direita assume o poder em 2019, aprova a Reforma da Previdência, já bem encaminhada pelo governo Temer e passa a alimentar o ranço à cultura e às demandas das camadas populares. A demonização da esquerda, de suas ideias, políticas e ações, acabou por obstaculizar grandemente, durante quatro anos (2019-2022), toda ação de política pública que tivesse como alvo as pautas reivindicadas pelos trabalhadores ou pelas minorias sociais.

interno, a economia social e solidária.

A Economia Solidária deve ser fortemente impulsionada – organizada por meio de cooperativas, arranjos produtivos locais, gestão comunitária do bem comum ou outras formas de organização social – precisa ser elevada a um novo patamar entre as políticas públicas. É preciso estimular as práticas e desenvolver políticas públicas para fortalecer o modelo associativo e de economia solidária, modelos horizontais que promovam o desenvolvimento local; seja com processos de formação e qualificação, de geração de trabalho e renda, de agroecologia ou de promoção do crédito nas vilas, favelas, bairros e cidades, com os bancos comunitários de desenvolvimento. O microcrédito socialmente orientado e o cooperativismo devem receber um forte estímulo. As experiências de empresas de autogestão podem ser ampliadas e fortalecidas (Fundação Perseu Abramo, 2020, p. 170).

No que diz respeito à economia solidária, ao se concretizar a eleição de Lula em 2022, o tema retorna ao cerne das discussões sobre o desenvolvimento. Os militantes da economia solidária, após 20 anos da criação da SENAES, vivem a expectativa de que suas pautas serão novamente consideradas na agenda governamental. No documento conjunto proposto pelo FBES e Unicopas à equipe de transição, estiveram entre outras, as seguintes solicitações para o fortalecimento do setor: reconstituição de conselhos dentre eles o Conselho Nacional de Economia Solidária, a implementação da PNES com atuação nos setores da agricultura familiar, reciclagem popular e nas empresas de autogestão e recuperação de empresas pelos trabalhadores, participação na estrutura de governo e apoio do BNDES às iniciativas solidárias (FBES, UNICOPAS, 2022). De imediato, o novo governo refundou a secretaria de economia solidária agora renomeada como Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. Em janeiro de 2023, Gilberto Carvalho¹⁶ tomou posse como secretário.

Portanto, a estruturação das pautas da economia solidária e as conquistas na agenda das políticas públicas, seja no âmbito federal e de competência dos Estados federativos, representam a principal forma de resistência que seus sujeitos sociais exercem no Brasil. Resistência que se consolida na luta contínua pelo direito de reproduzir a sobrevivência através da prática solidária.

Considerações finais

A economia solidária como objeto de pesquisa, tem sua gênese identificada a partir dos movimentos trabalhistas iniciados no século XIX. O recente crescimento das iniciativas solidárias fez proliferar também os estudos acerca do fenômeno. O conceito de economia solidária ainda está em construção, mas pode ser resumido como o rol de empreendimentos econômicos que produzem e se

¹⁶ O secretário atual da SENAES, é formado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná e é Especialista em Gestão Pública. Foi Chefe de Gabinete da Presidência da República entre 2003 e 2010 e entre 2011 e 2014 foi ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República.

reproduzem ancorados nos princípios da cooperação, autogestão e solidariedade. Logo, os empreendimentos econômicos solidários correspondem a uma das formas de manifestação da economia solidária, constituindo-se numa das categorias que integram este universo. Junto a eles estão as entidades de apoio e fomento, a representação dos governos em todas as esferas, os movimentos sociais e demais organizações.

Abordada neste trabalho como uma prática anticapitalista em nível da resistência (Wright, 2019) a economia solidária é tema controverso. Por vezes, associada simplesmente à economia dos mais vulneráveis ela é vista com desconfiança pelo aparato teórico da Economia Tradicional. De fato, a economia solidária representa uma via de escape ao desemprego, mas não se pode resumir-la a isso. Ela é também expressão da vontade de um sujeito social, característico, que deve respaldado o direito de reproduzir sua sobrevivência fora dos princípios excludentes e competitivos impostos pelo capitalismo.

O desenvolvimento solidário preconizado por Singer (2004) ambienta uma nova forma de reprodução social antagônica ao desenvolvimento capitalista. Assim, a economia solidária por meio da atuação dos empreendimentos econômicos solidários estimula o desenvolvimento territorial amparado em estratégias de resistência que se manifestam pela gestão coletiva da produção e da comercialização, pela proteção ao meio ambiente, à cultura, aos povos e comunidades tradicionais e pelo respeito à diversidade.

Os Mapeamentos realizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária lançaram luz sobre a importância das iniciativas solidárias principalmente para o desenvolvimento territorial. De outro lado, estes registros da prática solidária ao longo do tempo no Brasil, a visibilizou, fortalecendo as pautas dos sujeitos que dela participam. Além disso, neste percurso, o Movimento Nacional de Economia Solidária foi amadurecendo e fortalecendo os vínculos com o setor público, que passou a definir nacionalmente, políticas públicas específicas para a economia solidária.

Entretanto, as políticas públicas de economia solidária sofrem revezes dependendo do espectro político da gestão. O período compreendido entre 2016 e 2022, figura como exemplo de retrocesso promovido pela administração federal no rol das políticas voltadas às camadas populares. A ojeriza aos movimentos de iniciativa popular foi materializada através dos desmontes de todas as políticas sociais, inclusive as de economia solidária.

A atuação do setor público no apoio, divulgação e fornecimento de crédito aos empreendimentos solidários, figura como alternativa de política pública no rol daquelas ações tradicionais voltadas ao mercado de força de trabalho formal e são necessárias, inclusive, para garantir o direito de a prática continuar existindo.

A construção de uma nova cultura econômica passa pelo resgate das vivências de reciprocidade outrora utilizadas e destruídas pelo capitalismo. Para tanto, precisamos alterar a centralidade da atividade econômica, deslocando o seu foco do único objetivo de geração de lucro para a busca do bem viver dos seres humanos nela implicados. [...] (Dubeux; Batista, 2017, p. 239).

Utopia. Movimento. Luta. Revolução. Direito. Transformação. Possibilidade. Alternativa. Emancipação. Resistência... Todas essas expressões podem ser usadas para referenciar a economia solidária. Os vários termos representam a pluralidade analítica do tema e a análise contemporânea da prática solidária permite unificá-la em torno de uma proposição: a economia solidária representa um movimento de resistência que tem como objetivo ser alternativa ao capitalismo através da construção de novas relações de produção e distribuição dos meios necessários à sobrevivência humana.

Referências

BARRETO, Raquel de Oliveira; PAULA, Ana Paula Paes de. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. Rio de Janeiro: **Cadernos EBAPE**, v. 7, n. 2, Artigo 2, junho de 2009. pp. 200-213.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia solidária no Brasil**: Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DOURADO, Ivan Penteado. **Economia solidária e antropologia econômica**: etnografias da solidariedade brasileira. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

DUBEUX, Ana; BATISTA, Marcela Peixoto Batista. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017. pp. 227-249.

FBES. UNICOPAS. **Transição do governo Lula 2023. Documento básico da economia solidária e cooperativismo solidário**. 2022. Disponível em: <https://fbes.org.br/download/1-transicao-do-governo-lula-2023-documento-basico-da-economia-solidaria-e-do-cooperativismo-solidario/>.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Plano de reconstrução e transformação do Brasil. outro mundo é preciso, outro Brasil é necessário**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/09/Plano-Brasil-web9B2.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2023.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento econômico solidário. Verbete. In HESPANHA, Pedro; & GAIGER, L; CATTANI, D; LAVILLE, J. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coleção Políticas Sociais, n. 1, Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. Práticas Sociais e Conhecimento Acadêmico no Campo da Economia Solidária. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** - BIB, São Paulo, n. 73, 1º semestre. 2012. pp. 5-20.

GAIGER, Luiz Inácio. Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária. **Otra Economía**, 8(14). enero-junio, 2014. pp. 99-111.

GODOY, Tatiane Maria Pinto de. **O espaço da economia solidária: a autogestão na reprodução das relações sociais e os limites da emancipação social**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

LAVILLE, Jean-Louis. Ação Pública e Economia: um quadro de análise. In: FILHO, Geneauto et al. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 1-47.

MEDEIROS, Alzira; SCHWENGBER, Ângela; SCHIOCHET, Valmor. (Orgs) **Políticas Públicas de Economia Solidária: por um outro desenvolvimento**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

MÉLO, Heverton Felinto Pedrosa de. **Capacidade Estatal: diagnóstico da implementação da política pública de economia solidária no Estado da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

NAGEM, Fernanda Abreu; JESUS, Sebastiana Almire de. **V Plenária Nacional de Economia Solidária: trajetória e construção da Economia Solidária no Brasil**. Mercado de Trabalho. Economia Solidária e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, fev. 2013.

PINHEIRO, Daniel Calbino. Economia Solidária: uma revisão teórica a partir dos seus múltiplos conceitos. **Revista NAU Social**, Bahia: UFBA, v. 3, n. 5, nov. 2012 / abr. 2013. pp. 87-105.

RAMALHO, Rosângela Palhano. **A economia solidária como estratégia de resistência ao capital: considerações sobre as experiências da agricultura familiar na Paraíba**. João Pessoa: Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, 2024.

SANTANA, José da Conceição. **A economia solidária e sua impossibilidade como movimento transformador no capitalismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

SANTOS, Aline Mendonça dos.; CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. **O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade**. E-cadernos CES. fev. 2008. Disponível em: <http://eces.revues.org/1260>.

SANTOS, Aline Mendonça dos. **Sob o fio da navalha: relações estado e sociedade a partir da ação política da economia solidária no Brasil**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

SCHIOCHET, Valmor. **A construção de uma economia solidária para superar a crise**. FES BRIEFING: Julho de 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16369.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SCHUMPETER, Joseph, A. **Historia del análisis económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil**. Brasília: TEM, 2006.

SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. **A economia solidária como base do desenvolvimento local**. E-cadernos CES [Online], Coimbra, 02 / 2008. Disponível em: <http://eces.revues.org/1451>.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de pesquisa. IPEA: Brasília, 2016.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Revista Estudos Avançados**, n. 18, São Paulo: 2004. pp. 7-22.

STIGLITZ, Joseph. **Globalização**: como dar certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STIGLITZ, Joseph. **O grande abismo**. Rio de Janeiro: Alpha Books, 2016.

WELLEN, H. A. R., Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. **Revista Katal**, Florianópolis. n. 1, v. 11, jan/jun, 2008. pp. 105-115.

WRIGHT, Erik Olin. **Como ser anticapitalista no século XXI?** São Paulo: Boitempo, 2019.

XAVIER, Eudes. **Economia Solidária**: um novo modo de viver. Ipea, Mercado de Trabalho, n. 40, ago. 2009, p. 69-73.